

Modernidade e pós-modernidade: o debate preliminar das matrizes sociológicas dentro do Serviço Social

Michael Hermann Garcia Teixeira¹

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), pós-graduado em Violência Doméstica e Urbana pela PUC - Rio de Janeiro e aluno regular do Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (bolsista CAPES), Brasil. Além disso, possui a licenciatura em Química e mais de duas décadas de exercício no magistério níveis (fundamental, médio e superior). Email: magister.ssocal@gmail.com

RESUMO: O artigo em questão é parte de um ensaio constituinte de um dos capítulos de uma dissertação de mestrado. O objetivo principal é demonstrar as influências da modernidade (e suas três matrizes sociológicas) e da pós-modernidade no debate dentro do seio da categoria profissional do Serviço Social brasileiro. Faz-se um comparativo com as três matrizes sociológicas – *Durkheim, Weber e Marx* – e suas influências na historiografia do Serviço Social, além de colocar os efeitos do advento da pós-modernidade (e do seu caráter polifônico) e do pluralismo metodológico.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-Modernidade. Serviço Social. Matrizes sociológicas. Teoria social.

Modernity and postmodernity: a preliminary discussion over sociological matrices within the social work

ABSTRACT: The article in question is part of a rehearsal constituent of a chapter of a master dissertation. The main objective is to demonstrate the influences of modernity (and its three matrices sociological) and postmodernity in the debate within the bosom of the professional category of the Brazilian Social Service. It is a comparison with the three sociological matrices - *Durkheim, Weber and Marx* - and their influences in the historiography of Social Service, and put the effects of the advent of post-modernity (and its polyphonic nature) and methodological pluralism.

Keywords: Modernity. Postmodernity. Social Work. Sociological matrices. Social theory.

1 INTRODUÇÃO: MODERNIDADE E SERVIÇO SOCIAL

Antes de iniciar tal debate sobre as influências da modernidade, deve-se saber – antes das análises a serem elencadas neste estudo – que o Serviço Social, como profissão, surge na ampliação do Estado capitalista, principalmente na era dos monopólios, onde se incluem novos atores sociais, que materializavam, na agenda pública, as refrações da ‘questão social’, tendo as políticas sociais como instrumento-mor privilegiado na ação potencializada naquilo que se configuravam as desigualdades sociais

(IAMAMOTO, 1998, MONTAÑO, 2008). As políticas setoriais, como campo sócio-ocupacional, são conformadas como instrumento – mor privilegiado para potencializar a ação dos novos agentes sociais sob a matéria-prima fundante da profissão, instituídos como profissionais de tais políticas, gerenciadas sob as asas do Estado monopolista. Segundo Garcia (2013), coloca que

(...) o objeto da profissão foi sendo conformado, pela entrada no jogo do poder, dos segmentos mais subalternos da sociedade que, para legitimar o novo *status quo* capitalista, deveriam ter as suas demandas mais urgentes atendidas via serviços sociais, inseridos no corpo das políticas sociais, que serviriam como “salários indiretos” que auxiliassem na reprodução e legitimação do próprio capital. (GARCIA, 2013:22).

A gênese da profissão de Serviço Social possui relação baseada nas encíclicas papais – *Rerum Novae* e *Quadragesimo Anno*. Os assistentes sociais, depois das protoformas, seguiram os referenciais condicionados às instituições confessionais, que conformaram – entre as décadas de 1930 e 1940 – a sua formação profissional no Brasil. Seguindo uma plataforma *antimoderna* e *anticapitalista*, muitos profissionais, juntamente com os leigos das agremiações e instituições da Igreja Católica. A resposta à modernidade dada pelos primeiros assistentes sociais conformou em um conservadorismo romântico anticapitalista, sob o teto referenciado pelo *neotomismo*. Porém, mesmo de maneira sincrética, havia um contingente de profissionais do serviço Social que embebiavam dos mesmos referenciais modernos que balizavam a ação profissional sob os moldes positivista e funcionalista (IAMAMOTO, 1998).

Após a Segunda Grande Guerra, contendo um substrato *neotomista*¹ que não servia mais como alicerce de sua intervenção profissional, o Serviço Social inicia a sua inserção nos conhecimentos da sociologia funcionalista sob a hegemonia estadunidense. O conteúdo ideológico virou categoria de extrema importância e se conformou como trabalho imaterial² dos assistentes sociais, agora recrutados por organizações multilaterais como a ONU e OEA³ como forma de difusão de ideologias contra a alternativa comunista. Corroborando com tal fato, a ideologia segundo Thompson

1 O neotomismo se insere em um momento de constante preocupação com um projeto societário que viesse a amenizar os efeitos nefastos do capitalismo, com a formação profissional, com a definição do objetivo e da prática do Serviço Social, sob o lastro confessional.

2 Trabalho imaterial dos assistentes sociais: na reprodução ideopolítica e cultural dos indivíduos sociais, resultando em um efeito mantenedor do “status quo”, ou como “profissionais do consenso e difusores da ideologia da hegemonia” ou intelectual orgânico da hegemonia. Quanto o trabalho material se configurava em duas tipologias: (a) Produção e Reprodução da Força de Trabalho, conformada pela produção direta de Mais-Valia; (b) Redistribuição da Mais-Valia agregada socialmente através da implementação de políticas sociais, na materialização dos “salários indiretos”.

³ Organização dos Estados Americanos.

(1981) dar a importância devida no contexto histórico quando o mesmo dialoga com dois pós-althusserianos:

(...) "a História está condenada pela natureza de seu objeto ao empirismo". Mas o empirismo, como sabemos, é uma desacreditada manifestação da ideologia burguesa: "A despeito das pretensões empiristas de prática histórica, o objeto real da história é inacessível ao conhecimento." (THOMPSON, 1981; p.10).

Thompson (1981) recusa a perspectiva de Louis Althusser em tratar a experiência e a cultura apenas na plataforma ideológica. O mesmo autor refuta que os valores, como expressões socioculturais, sejam simplesmente impostos pelo Estado capitalista, através de seus aparelhos ideológicos.⁴ Seguindo as categorias gramscianas, o Estado sob a égide do capital possui – de forma ampliada – outros atores que se constituem em seus aparelhos privados que fundamentam e alicerçam a hegemonia e, subsequentemente a ideologia dominante (MONTAÑO, 2008).

Este breve ensaio será complementado com outras referências bibliográficas que acercam sobre o tema proposto pelas duas categorias em análise, e que possuem centralidade na construção de uma futura dissertação.

Considera-se que somente a partir do pensamento moderno se põe a possibilidade das teorias sociais existirem como tais. Inicia-se esta explicação considerando que a *modernidade* se corrobora como alicerce fundamental para a existência das teorias sociais, dando a consistência material e imaterial necessária, mesmo sabendo que as mesmas se opõem e se contrapõem (IANNI, 1991).

Mesmo com a crise de paradigmas que, segundo Rouanet (1993) coloca sua cerne no advento da crise do processo civilizatório sob a égide do capital, o mesmo autor denota que a *modernidade* e seu projeto de civilização possui três ingredientes fundamentais as categorias centrais: a universalidade, a individualidade e a autonomia. O mesmo coloca tais categorias na citação abaixo que

[...] A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os

4 Na composição da monografia final será explicitada com mais ênfase as influências althusserianas dentro do Serviço Social, que ocorreu no processo de reconceituação da profissão ocorrida entre os anos de 1967 a 1975 no Brasil.

bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993:9).

O mesmo autor (fazendo as pontes com outros autores) coloca que tais princípios estão sendo sabotados pela nova crise de paradigmas por fenômenos descritos como: questões de nacionalismo, racismo e xenofobias; o anonimato e a cidadania vinculada ao consumo; e a autonomia sendo minada pelos Estados *gendarmes* do grande capital globalizado (HARVEY, 1995; ROUANET, 1993).

Para defender o projeto civilizatório moderno e seu desvelamento, observa-se o que colocam sobre tal tema Ianni (1991) e Kuhn (2000). Ianni (1990) coloca que os clássicos – no pensamento pós-crise – já não conseguem responder as particularidades e do século XX. O autor em questão defende que a modernidade é muito mais complexa e se torna fundamental que se trabalhe com as categorias de “*capitalismo*” e “*industrialismo*”, porém, o sociólogo deverá acrescentar outros “parâmetros de modernidade”: como a fundamentação da sociedade informática, o papel do incremento tecnológico e seus rebatimentos e reflexos na nova conformação da divisão sócio-técnica do trabalho, entre outros fenômenos atuais (IANNI, 1991).

Os próprios Estados modernos, com seu papel desresponsabilizado como provedores do bem estar social, e novos mantenedores da nova ordem hegemônica do capital transnacional, conformam a nova sociedade da informação, onde a cidadania alicerçada pelo viés do consumo desenfreado, que denota não só o consumo da própria informação, como denota o seu acesso; novo fator de desigualdade (IANNI, 1991; HARVEY, 1995).

Saindo da amplitude sociológica, e revisitando às ciências ditas “duras”, em que muitos cientistas das demais ciências (ou epistemologias) estendem-se às ciências sociais. Kuhn (2000) coloca sobre o entendimento sobre a ciência normal como uma prática investigativa e de resolução de “quebra-cabeças”, que se desenvolve segundo regras bem definidas, porém esta resolução é definida e apresentada pela natureza, que muitas vezes torna o trabalho científico (ou do cientista) de difícil resolução. Kuhn (2000) coloca que o dever do cientista na insistência do emprego dos princípios paradigmáticos fundamentais até a sua solução ou exaustão. Nos casos sem solução, o mesmo autor as *anomalias*, que se multiplicam geometricamente, e resistem por longos períodos não importando os esforços científicos e seus meios. A crise vem dessa exaustão sem resolução de certos ‘quebra-cabeças’, chega-se “*o tempo de considerar a substituição do próprio paradigma*” (KUHN, 2000: 34).

A argumentação pode parecer fortalecida, mas possui pouca sustentação conforme coloca Ianni (1991), que denota que as ciências sociais possuem um alicerce paradigmático das ciências naturais (ou “duras”), que é produto de argumentação de origem positivista, rejuvenescida pelo discurso neopositivista, onde o nascedouro das duas lógicas (ciências sociais e ciências “duras”) possuem uma mesma matricidade, uma mesma ‘mão única’. Além disso, se observa que as ciências sociais estão em um

patamar mais abaixo que as ciências majoritariamente superiores e detentoras de tecnologias como a química, física, estatísticas e biologia.

Não se colocam as conquistas, segundo Ianni (1991), de caráter científico realizadas por Weber, Marx, Lukács, Gramsci, entre outros, que fazem a abertura de diferentes horizontes epistemológicos das ciências sociais. O mesmo autor coloca que *“as diferenças entre ciência natural e ciência social são essenciais e irreversíveis”* (I-ANNI, 1991:4).

A modernidade em si – abrangendo para seu projeto de civilização – depende de sua perspectiva histórica, que não pode entrar em processo de estagnação e extenuação. O que Ianni (1991) cita como *“um crescente ‘cansaço da história’”*. Pode-se colocar exemplos de teorias que se se opõem e que possuem devidas semelhanças; conforme nos coloca Ianni (1991) revendo as diferenças entre Gramsci e Marx – linguagens e categorias diferenciadas, porém o paradigma entre os dois é o mesmo -. *o princípio da contradição*.

Concluindo, a modernidade é essencial para existência das teorias sociais, pelo seguinte regra de não colocá-las na mesma amplitude epistemológica das ciências “duras”. A mesma não poderá apenas se pautar na concepção epistemológica, mas ser estendida na razão ontológica. Tal aspecto ontológico é pautado no envolvimento do *ser social* e sua coletividade, suas subseqüentes relações sociais e antagonismos (I-ANNI, 1991). Estes mesmos atores sociais são condutores e produtos de sua história, que são desvelados pelas ciências sociais que possuem o código de acesso necessário para o entendimento da própria complexidade de seu tecido societário, em evolução constante e dinâmica, que não pode ser compreendida pela subjugação e sobreposição dos alferes epistemológicos que servem de base para as ciências “duras”.

2 AS TRÊS MATRIZES SOCIOLÓGICAS DA MODERNIDADE

Elabore -se uma síntese comparativa entre Marx, Durkheim e Weber, sem esquecer de problematizar o “lugar” do método de investigação no interior do pensamento de cada um deles e chamando atenção para suas categorias e princípios filosóficos essenciais.

A síntese comparativa entre Durkheim, Marx e Weber será feita na seguinte ordem: (a) “lugar” do método de investigação; (b) o objeto de estudo; (c) categorias e princípios filosóficos essenciais. Primeiramente, revendo as três matrizes modernas das ciências sociais, inicia-se com o pensamento durkheimiano. Durkheim coloca o **fato social** como objeto mister central da teoria sociológica, que é constituída por qualquer forma indutiva sobre os indivíduos, que possui uma certa exterioridade em relação aos mesmos sujeitos, tendo uma existência que é estabelecida com certa interdependência pela sociedade (LOWY, 1994).

Para Durkheim (1988), fato social consiste em maneiras de ação, pensamento e sentimentos que são exteriores ao indivíduo social, e sujeitos ao poder coercitivo em

virtude do qual se lhe impõem. Os **fatos sociais** são materializados se organização pré-estabelecida. Uma definição mais concisa coloca o **fato social** como uma regra coletiva com independência e poder de coerção sobre o indivíduo social (DURKHEIM, 1988, LOWY, 1994).

O axioma que fundamenta o pensamento *durkheimiano* e que alicerça a abordagem funcionalista é que a sociedade capitalista seja regida por leis naturais; estudada pelos mesmos métodos e processos das ciências da natureza; deve ser analisada de forma objetiva e neutra. A proposta metodológica é tratar os processos sociais como fatos sociais, como coisas que não se equiparam à natureza, mas que devem ser analisadas a partir de procedimentos semelhantes (LOPES, 2003).

O sujeito que formule suas ações deve se colocar diante de seu objeto numa perspectiva de exterioridade, além dos fatos sociais possuírem uma natureza exterior e coletiva; sua sede é a sociedade e não os indivíduos, e exercem influência coercitiva sobre as consciências individuais (LOPES, 2003; NETTO, 2009).

Quando a natureza coercitiva dos fatos sociais deixa de ser sentida, o fato tornou-se um hábito. Podemos exemplificar a política de educação, que – de maneira material e imaterial – forma indivíduos e transmite hábitos (LOPES, 2003; LOWY, 1994; NETTO, 2009).

Para entendermos melhor tais fundamentos é necessário lembrarmos duas categorias importantes da teoria proposta por Durkheim: solidariedade orgânica e solidariedade mecânica. Neste caso deve-se colocar a seguinte sentença abaixo:

Sobre a solidariedade orgânica, Durkheim (1988) ilustra que:

(...) Com efeito, é da natureza das tarefas especiais escapar a ação da consciência coletiva; porque, para que uma coisa seja objeto de sentimentos comuns, a primeira condição é que ela seja comum, isto é, que esteja presente em todas as consciências e que todas possam representá-las de um único ponto de vista (...) (Durkheim, 1988: 80).

O mesmo Durkheim (1988) coloca que a *divisão do trabalho social* nasceu em um contexto onde o homem não conseguia controlar o crescimento populacional e a atender às demandas de produção de alimentos exigida por ele, onde se reforça uma visão – além de determinista – *malthusiana* (DURKHEIM, 1988; LOPES, 2003). Tal divisão sócio-técnica do trabalho surge em um contexto que é externo do controle das sociedades primitivas e mais simples. A consciência comum diminui e a especialidade das atividades produtivas aumenta exponencialmente. Quanto maior a diferenciação dos grupos e as inter-relações sociais, menor será o número de pessoas que dominam a consciência comum em cada um deles. Se há um número maior de grupos na produção, menos pessoas conhecerão.

As diversas tipologias da consciência coletiva, que se desenvolvem em cada grupo ou setor societário, para que as tarefas, em geral, sejam executadas. A individualidade (metamorfoseada em subjetividade) é possível, mas não escapa à coerção e agora

de forma diferenciada, pois em uma sociedade mais complexa existem mecanismos que interagem de forma diferente, mas com um objetivo: de construir uma consciência coletiva através de informações contidas em todas as frentes da sociedade, em suas instituições e organizações. As instituições e organizações já citadas são responsáveis pela construção de um padrão cultural-comportamental, regras que devem ser cumpridas para que os indivíduos possam ser enquadrados e classificados como morais ou imorais, de acordo com a classe em que pertencem.

É através da categoria solidariedade que, de forma coercitiva, que a sociedade industrial é estabelecida, a visão *durkheimiana* pensa na sociedade como um corpo biologicamente vivo, e em funcionamento e da mesma forma que um organismo vivo ela nasce, se desenvolve e morre. A passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, na plataforma *durkheimiana*, é o alicerce básico do entendimento para a formação da sociedade capitalista e através do conceito de *solidariedade orgânica* cumpre seu papel de teórico das elites criando uma consciência de forma otimista em relação ao novo processo que individualizaria tanto os bens de produção. A sociedade acredita e incorpora a solidariedade orgânica como algo promissor e revolucionário que atribui aos indivíduos papéis de privilégio e destaque na sociedade acreditando que a transformação seria benéfica, mas não conseguem perceber que nesse caso o que não é beneficiado é desfavorecido, desigual ou até – para alguns teóricos – excluídos.

É possível lidar com a inevitável divisão social e técnica do trabalho e com os problemas daí decorrentes a partir do desenvolvimento de instituições e corporações que teriam a função de coesão social, evitando o estado de **anomia** (conflito), lugar da política social. Então na visão conservadora – a **anomia** é tudo aquilo que a ação da sociedade (ou Estado) poderá prevenir ou não.

Na década de 1940, o Serviço Social brasileiro inicia o seu percurso no pensamento pela via funcionalista estaduniense, com influências da sociologia francesa. Embora, o conservadorismo romântico anti-moderno persistia de forma sincrética e era sobreposta pelo pensamento moderno.

Na proposta weberiana, se pauta no processo de desencantamento da razão moderna e da sociedade capitalista. Bastante distante da concepção *durkheimiana*, Weber – em certos aspectos – se contrapõem às categorias de Durkheim – em um determinado ponto *arquimédico* suas teorias se convergem: o postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais (LOWY, 1994). Pode-se colocar que o seu método se resume em quatro operações que são descritas:

[...] 1) estabelece leis e fatores hipotéticos que servirão como meios para seu estudo; 2) analisa e expõe ordenadamente “o agrupamento individual desses fatores historicamente dados e sua combinação concreta e significativa”, procurando tornar inteligível a causa e natureza dessa significação; 3) remonta ao passado para observar como se desenvolveram as diferentes características individuais daqueles

agrupamentos que possuem importância para o presente e procura fornecer uma explicação histórica a partir de tais constelações individuais anteriores, e 4) avalia as constelações possíveis no futuro (QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVEIRA, 2002: 102).

Através de um conceito puro que orienta e determina a investigação sob o molde weberiano, que é concebido pelo **tipo ideal**, que se define como uma aproximação sucessiva e ideal da realidade, que pode explicar uma determinada **ação social**. Segundo Quintaneiro et al (2002) coloca que “[...] à ênfase na racionalidade, o tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser” (QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVEIRA, 2002: 104).

Na visão weberiana, o objetivo da sociologia é a compreensão dos sentidos das **ações sociais**, e encontrar os nexos causais que as determinam dentro da sociedade capitalista. Tais ações *que se repetem*, nas quais não se confere um sentido para a sua ação, não são denominadas sob o estatuto de **ações sociais**. Porém, o objeto da sociologia – como ciência – é uma infinitude que se aproxima do real, e para analisá-la é preciso construir **tipos ideais**, que não existem de fato, mas que norteiam a investigação sociológica e sua posterior *compreensão* (não a explicação).

Os **tipos ideais** servem como modelos para a aproximação com o real e se resumem em quatro ações fundamentais: **a. Ação social racional com relação a fins** (ação é estritamente racional, e que torna-se um fim e este é *racionalmente* buscado, sendo que é feito as escolhas necessárias para os meios para a realização deste fim); **b. Ação social racional com relação a valores** (a ação é orientada através do valor, seja este ético, religioso, político ou até estético); **c. Ação social afetiva** (a ação é movida por sentimentos ou motivações de afeto – caráter irracional), e **d. Ação social tradicional** (força motriz motivadora são os costumes e as tradições – caráter irracional).

Para a concepção sociológica weberiana, a **ação social** é aquela que é orientada ao outro; porém, há algumas ações ou atitudes de natureza coletivas que não podem ser estudadas no âmbito da Sociologia. No que se refere às regras do método sociológico, Weber difere de Durkheim (que tem como fundamento o método a observação e a experimentação, sendo que esta se dá a partir da análise comparativa). Ao tratar os **fatos sociais** como coisas, Durkheim queria mostrar que o cientista (ou sociólogo) precisa obter o rompimento de quaisquer pré-noções, ou seja, é necessário, desde o início da pesquisa empírica da sociedade e seu tecido constitutivo, o abandono total dos juízos de valores que são próprios do sociólogo (a isso denomina-se de **neutralidade**), uma total separação entre o sujeito (da ação) que estuda e o objeto empírico estudado. No entanto, para o pensamento weberiano, a realidade é infinita, e quem a estuda faz nela apenas um recorte a fim de compreendê-la. O recorte é prova de uma escolha de alguém por estudar um fenômeno ou outro, neste ou naquele momento. Os juízos de valores aparecem no momento da definição do tema pesquisado,

para não validação do método durkheimiano (WEBER, 1992; FREUND, 1987; LOWY, 1994; QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVEIRA, 2002).

Outra categoria importante é a de relação social que segundo Quintaneiro et al (2002) é “[...] uma conduta plural (de vários), reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos que descansam na probabilidade de que se agirá socialmente de um certo modo” (QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVEIRA, 2002: 108). Pode-se dizer que relação social é a probabilidade de compartilhamento de uma conduta (ou até uma ação) social através de sociedades diferentes.

Algumas categorias weberianas merecem destaque, e de maneira sucinta serão relacionadas e explicitadas em seus conceitos básicos: **(i) Estado** (estrutura ou agrupamento que reivindica com êxito o monopólio do constrangimento físico legítimo, além de ser o *bastião* da administração racional através de regulamentos explícitos para o intervencionismo nos diversos domínios e da materialização de uma força militar permanente); **(ii) Política** (defini-se como atividade para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, com a possibilidade do uso coercitivo para a manutenção da ordem); **(iii) Poder** (oportunidade do sujeito buscar o triunfo dentro de uma relação social sua própria vontade, contra resistências múltiplas); **(iv) Domínio** e sua legitimidade (manifestação concreta e empírica do poder; pode se legitimar em três tipologias: *tradicional* – crença da santidade dos valores e dos costumes; *legal* – de caráter racional, legitima-se pela legalidade das leis e dos regulamentos, e que fundamenta a formatação da burocracia; *carismático* – configurado pelo poder pessoal do líder, com fundamento emocional e não racional); **(v) Burocracia** (existência de serviços e competências rigorosamente determinados por leis ou regulamentos, possui relação íntima com outra categoria: *domínio ou dominação*); **(vi) Patrimonialismo** (forma típica do *domínio tradicional*, além de ser conformada pela autoridade fundamentalmente pessoal, independente de qualquer fim objetivamente racional) (WEBER, 1982; FREUND, 1987; LOWY, 1994).

Relacionando as duas matrizes – *durkheimiana* e *weberiana* – a perspectiva modernizadora do Serviço Social (ocorrido no final da década de 1960) cristalizou-se e, diferente do Documento de Araxá/MG (1ª fase do processo de reconceituação), não produziu consensos e sim características diversas (NETTO, 1998). Netto (1998) coloca que o Documento de Teresópolis/RJ (2ª fase da reconceituação) feito na entrada da década de 1970 conformou o *coroamento do transformismo* (1998: 178), ou seja, o moderno se sobrepõe de maneira plena perante o tradicionalismo, de forma operativo-instrumental, deixando eclipsada o debate tensionado no Documento de Araxá/MG (1967). As devidas críticas feitas por Netto (1981 e 1998) sobre tal reatualização do conservadorismo, sendo que o documento fluminense, uma continuação mais acentuada e fidelizada entre a profissão e a nova ordem autocrática, transmutando a

auto-imagem profissional em um “*funcionário do desenvolvimento*”, cujo objeto era a “*situação social-problema*”.⁵

A postura sincrética da profissão é evidenciada com a nova roupagem do conservadorismo, aliando os conservadores (tradicionais) com o arcabouço teórico da fenomenologia, que de maneira diacrônica estava ligado ao catolicismo e a tradição profissional do Serviço Social – o anticapitalismo romântico (NETTO, 1981 e 1998).

Saindo dos irracionaisismos, idealismos e objetividades e neutralidades. A vertente marxiana, embora quase contemporânea do pensamento weberiano, é denotada de outras categorias que fogem dos parâmetros de neutralidade denotada pelo par *racionalismo analítico-formal* e *irracionalismo moderno* (NETTO, 1994).

Abstenha-se na discussão do método em Marx, pois entre as três perspectivas é a única que possui um comprometimento de classe. Pergunta-se porquê Marx não colocou um sentido mais epistemológico em seu método? A resposta é bem simples; a idéia para que uma teoria social deveria ter um método é bem estranho para Marx. O mesmo coloca que a lógica das essências das ‘coisas’ deve ter a atenção aos fundamentos, o que dar o sentido ontológico aos fenômenos; daí os conhecimentos de moldes epistemológicos muitas vezes se chocam com o conhecimento nos moldes ontológicos. Mas foi em 1848, que a modernidade em si se despe de seu caráter mais progressista e emancipador. A ontologia marxiana é configurada pela crítica à ordem burguesa, sustentada pela perspectiva de classe, cuja *práxis* se constitui como categoria fundante, e que é exclusiva aos sujeitos pertencentes ao ‘gênero humano’ (NETTO, 1994; SANTOS, 2013).

Mas um questionamento em voga: *há uma preocupação maior com o objeto ou com o método em si? Há uma supremacia na epísteme?* Na realidade não existe de fato um “método” marxiano e sim formas de aproximações sucessivas para a apropriação da essência do objeto que se quer construir (ou desvelar). Logo, através da dialética e da teoria do valor-trabalho que se aplica o princípio materialista visualizado na vida dos homens. Neste aspecto, o foco é no objeto e não no método; a ortodoxia metodológica de Marx está na centralidade da história (historicidade) e na dialética (MARX, 1992; NETTO, 1994 e 2011; SANTOS, 2013).

Devemos ter o cuidado com o enquadramento *althusseriano* formatado pela tríade *tese – antítese – síntese*. Deve-se ter o cuidado de lembrar das categorias negação e contradição, que somadas à tríade *lukacsianasingularidade⁶ – universalidade⁷ – particularidade⁸*, determina a razão das aproximações sucessivas que corroboram o mé-

⁵ Esta reatualização foi denotada também com a entrada de um novo aporte teórico produzido pelo Documento de Sumaré/SP como resposta ao paradigma positivista – a Fenomenologia. Uma resposta para os assistentes sociais ligados ao tradicionalismo romântico.

⁶ Algo específico e que faz parte da universalidade. É concebida como características que são – apenas – propriamente do objeto, e somente o mesmo as possui.

⁷ Condições mais amplas que operam e materializam o objeto.

⁸ Resultante da compreensão da singularidade e a universalidade. É a conjugação entre aquilo que é diferencial e semelhante.

todo em si. Mas para Marx cada objeto requer um *raciocínio metodológico* específico, o resultado disto é a *teoria consolidada*, que é conformada pelo movimento real do objeto sob o olhar criterioso do pesquisador; que deve ter o cuidado na seleção de tais aproximações e não exagerar na aspecto histórico (NETTO, 2011; SANTOS, 2013).

O presentismo e a historicidade apresentada de forma cronológica não devem está presentes na orientação metodológica marxiana, deve ser feita e refeita pro aproximações, como por exemplo: *“O quê da política setorial da criança e do adolescente atual possui em termos de valores e velhas práticas de outras políticas já ultrapassadas?”*; *“As práticas docentes atuais possuem os meus objetivos – mesmo que refuncionalizados – conservadores e burocráticas como em décadas passadas?”* Poderiam colocar algumas tentativas de aproximações como: *“velhas práticas violentas na época da situação irregular do antigo Código de Menores”*; *“práticas de internação”*; *“culpabilização do adolescente”*; *“o olhar penal”*, *“práticas docentes que não educam”*; *“exercício docente de natureza burocrática”*. Neste aspecto, ainda nesta orientação, a história não é linear e sim dialética; há regressões como por exemplo: higienismo (passado) e internação compulsória (presente); situação irregular do menor (passado) e maioria penal do adolescente (presente) (SANTOS, 2013).

Mas há um núcleo duro das categorias marxianas composto pela tríade *mediação – contradição – totalidade*. Além do objeto, possui as suas categorias que são inerentes ao mesmo, que caracterizam os *‘modos de pensar’* o mesmo. Fazendo o caminho ao contrário: a totalidade é a resultante que junta as singularidades do objeto pesquisado, levando em conta as suas mediações com seu movimento no real. Lembrando que a mediação é concebida pelas aproximações entre a singularidade e a universalidade, é o somatório de todos os aspectos investigativos do objeto mediatizado. O movimento aparente do objeto é negado, e a negação constante é a força motriz da historicidade do mesmo objeto (ou contida no mesmo). E através das aproximações sucessivas é que se pode identificar as contradições, materializadas pelas negações, conflitos e os movimentos contrários do real; em síntese: na contradição é onde se obtém as particularidades do objeto. Terminando de fato esta síntese comparativa, a particularidade é o instrumento metodológico da *“volta”*, e que permite obter o caminho *‘abstração ao concreto’*; lembrando que no caminho da ida há a mudez das singularidades, que retoma sua voz com a particularidade. A relação singular-universal-singular fica atrofiada e não se desenvolve sem a particularidade (MARX, 1992; NETTO, 1994 e 2011; SANTOS, 2013).

De maneira sincrônica, a 3ª fase deste processo de reconceituação, sedimentou a entrada do *marxismo* via *intenção de ruptura*, que – até os dias atuais – ver-se seu legado. Observam-se os antecedentes de tal *ruptura*, Netto (1998) coloca que a perspectiva renovadora experimentou um desenvolvimento diferenciado das outras vertentes das perspectivas anteriores. Tal fenômeno emerge-se do quadro da estrutura universitária da primeira metade da década de 1970, iniciando de maneira marginal na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, cujos atores

(docentes e discentes) tiveram a intenção de colocassem em confronto com legitimidade autocrática burguesa, que se chocava com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”, fase anterior à ruptura mineira. A crise de legitimidade do poder autocrático instituído inicia-se com o esgotamento do “milagre brasileiro”, que resulta em um espaço propício para o questionamento do *status quo* vigente, gerando um vínculo umbilical entre a crítica e rompimento com o tradicionalismo no Serviço Social (atrelado à burocracia modernizadora autocrática alinhada às duas fases anteriores ao processo de reconceituação-renovação) e o meio universitário⁹ (NETTO, 1998).

No *stricto sensu*, Netto (1998) aponta 3 momentos distintos, porém interdependentes desta fase: emergência, consolidação acadêmica e *espraiamento* da perspectiva ao grupo de profissionais. Na fase inicial de emergência se deu na estrutura universitária belo-horizontina na década de 70 do século passado, que tinha como plataforma principal a crítica ao tradicionalismo, ou perante o conservadorismo romântico presente na ação profissional dos assistentes sociais brasileiros. Mas questiona-se que tradicionalismo está se falando. A dúvida: “qual é o tradicionalismo?” É o tradicionalismo aliado ao conservadorismo romântico ou o conservadorismo estrutural-funcionalista aliado à tecnocracia autocrática?

Através de Netto (1995) quando o mesmo o sincretismo como categoria analítica para explicar a conciliação de diferentes referenciais teóricos que obscurecem as contradições que há entre os mesmos. Para o mesmo autor (1995: 88-89), “o sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão (...)”, sendo a mesma categoria parte constitutiva importante e essencial para a sua própria maturação como processo. O sincretismo pode explicar que há uma fusão entre o tradicionalismo (ou conservadorismo romântico) denotado pelo sincretismo ideológico, materializado pelo lastro confessional atrelado à origem da profissão¹⁰ e o sincretismo científico, configurado e ancorado nas Ciências Sociais de cunho positivista e estrutural-funcionalista, além de fragmentos do *psicologismo*¹¹, aos moldes da América anglosaxônica¹².

Retornando à emergência protagonizada por um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, formados nos imediatos pré e pós-1964 – momento conjuntural no contexto sócio-histórico brasileiro em que passava – de maneira conservadora e coercitiva – para o capitalismo dos mono-

⁹ Segundo Netto (1998) houve uma situação paradoxal para melhor entendimento desta fase. Pode-se colocar que: (a) bibliografia profissional sobre os produtos desta perspectiva; (b) inexistência de uma abordagem e de documentos e fatos sobre tal processo.

¹⁰ Tomando certos cuidados em não entrar no erro crasso já mencionado por Iamamoto (2004), cometido pelos pioneiros e que reforça de maneira endógena a profissão em si, colocando-a como oriunda de um processo de maturação da “base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia” e sua subsequente *tecnificação* (IAMAMOTO, 2004:12).

¹¹ Resquícios de fragmentos da psicologia e da psicanálise.

¹² Estados Unidos e Canadá.

pólios. Entre 1972 a 1975, tal contexto social e político brasileiro dá sinais de esgotamento, o que se configura no processo de intenção de ruptura, materializado pelo *Método Belo Horizonte*. A capital mineira era tida como um berço de uma nascente classe operária na região do *Quadrilátero Ferrífero*, importante área industrial e automobilística.

Tal grupo de profissionais, vinculados à escola mineira, elaborou uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional (e sincrético), propondo uma ruptura procurando uma alternativa de rompê-lo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção, na intervenção profissional e no plano da formação profissional, que serão recuperados no terceiro momento desta fase¹³. Tal elaboração teórica foi suplementada pela experimentação através de extensões e estágios supervisionados, que denotaram um papel mister na nova propositura na formação dos novos assistentes sociais pós-ruptura (NETTO, 1998). Outras experimentações da *intenção de ruptura* fora do contexto mineiro: a comunidade do Boqueirão pela Universidade Federal do Maranhão (década de 1970).¹⁴

No segundo momento da intenção de ruptura – a consolidação – foi caracterizada pela produção intelectual crescente, mesmo com a Universidade (em seu contexto mais geral) enquadrada pela autocracia em plena crise de legitimidade. O “boom” universitário veio com a nova interlocução com as disciplinas e teorias sociais, conjugado com o processo de laicização, acompanhado com a consolidação nacional do mercado de trabalho e a expansão das agências de formação profissional. Sua evolução, segundo Netto (1998) pode ser descrita em dois patamares: (i) Estudos que resgatam a perspectiva de *ruptura* no contexto latinoamericano; (ii) O acúmulo dos ganhos e do legado de tal perspectiva conjugado com o ápice da crise da legitimidade autocrática burguesa, e seus rebatimentos no contexto universitário e profissional. O mesmo autor coloca que o legado de tal processo de ruptura, além de culminar no processo de renovação da profissão em si, teve como produto deste salto - “*As reflexões de lamamoto*” – que será analisada a posteriori oportunamente.

O “*espraçamento*”¹⁵ ocorre no segundo terço da década de 1980 do século passado, que se configura em debates dentro do seio da categoria profissional com diversos autores, que conformaram na produção intelectual de muitas dissertações e teses nas pós-graduações nascentes na área de Serviço Social. Aliada a tal produção crítica da profissão, está o rebatimento das críticas nas agências acadêmicas de ponta e nas

¹³ O *espraçamento* por assim dizer, já mencionado por Netto (1998).

¹⁴ Lembrando que entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 houve um processo generalizado de federalização (seguidas pelo processo de departamentalização) de escolas e faculdades isoladas, transformando-as em universidades federais. Foi o que ocorreu com as escolas de Serviço Social, oriundas do lastro confessional, como o caso da escola de Serviço Social que resultaram nos respectivos cursos da UFJF e UFS.

¹⁵ O termo “*espraçamento*” vem do ato de espraçar-se, como se fosse pela borda ou parte da praia, não a sua totalidade. Entende-se – interpretando o autor – que tal ruptura só foi consolidada por parte da categoria profissional apenas.

organizações representativas dos assistentes sociais¹⁶. Netto (1998) situa dois tempos fundamentais da perspectiva na *intenção de ruptura*: Método de Belo Horizonte e as reflexões de Yamamoto.

Quanto ao “Método de BH”, foi a primeira conformação de crítica ao tradicionalismo, configuradas pelas críticas ideopolíticas, teóricas e metodológicas e operativo funcionais¹⁷. O método em si foi referenciado pela tradição marxista pelo viés da militância política, ancorados pelos extratos do *maoísmo* e pela iluminação teórica via redução do arsenal marxiano pelo *estruturalismo althusseriano*. Pode-se dizer que houve neste aspecto uma redução epistemológica, sem a contemplação da historicidade. Epistemologicamente analisando, pode-se localizar ao longo das décadas de 1970 e 1980, referenciando Santos (2007) que, coloca a epistemologia na origem dada no momento em que ocorreu a virada do capitalismo conservador e seus impostos no pensamento social, com o objetivo de ofuscar a ontologia. E esse choque entre ontologia e epistemologia, resultou na separação entre teoria e prática. A influência da apropriação epistemológica pôde ser verificada também na formação profissional, através do currículo do curso de graduação do Serviço Social; e está dividida em três pontos diferentes: o da história, o da teoria e o do método¹⁸. E segundo porque esta apropriação (de natureza epistemológica) implica na redução da apropriação ideológica, pois faz dela o seu objeto de pesquisa. Esta época representa avanços não só pela *intenção de ruptura*, mas também porque há avanços nas particularidades da profissão e faz do marxismo o modelo que se aplica na prática. Há uma ligação entre teoria e prática, a prática moldada pela teoria, ou seja, a teoria aplicada. Nesta apropriação se encontra além de sincretismos, o messianismo que fundamentou bastante a prática dos profissionais do Serviço Social no Método BH, além de posturas “sincréticas” (NETTO, 1998; SANTOS, 2007).

Não se pode falar analiticamente sobre o Método BH sem fazer as devidas pontes e mediações com as apropriações da tradição marxista. Na parte ideológica. Concretizado devido ao movimento de *reconceituação*, a profissão se apropriou dos elementos ideológicos das teorias marxistas que lhe interessava e que se adequasse ao momento histórico vigente (a ditadura conformada pela autocracia burguesa), passando a ter o marxismo como doutrina para justificar a necessidade de *ruptura*, superar a neutralidade técnica e legitimar a profissão. O pensamento marxista tem interpretações equivocadas, e quando o Serviço Social fez “recorte” desses pensamentos

¹⁶ Além das produções das pós-graduações, tem-se as produções dos encontros, seminários e congressos de certas entidades de ponta da categoria profissional como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), CBCISS e demais outras organizações.

¹⁷ A grosso modo, pode-se colocar que tais críticas elencadas pelo Método BH fossem as ‘protoformas’ das três dimensões do Serviço Social discutidas atualmente: teórico-metodológica, técnico-operativa e éticopolítica.

¹⁸ Ao longo dos anos de 1980 há um fortalecimento da teoria adquirida por esta apropriação, e segundo a autora, primeiro porque necessitava da qualificação do aprofundamento da teoria, o que resultou na consolidação acadêmica do Serviço Social favorecendo a *intenção de ruptura*.

ele trouxe para a profissão esses equívocos. Devido a essa falta de clareza de pontos essenciais do marxismo, alguns aspectos da profissão sofreram sincretismos, pois não se libertou das amarras conservadoras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENFIM A “CRISE DE PARADIGMAS”

De acordo com as referências trabalhadas, caracterize-se então a chamada “crise de paradigmas” e a alternativa, posta por ela através de dois caminhos: a do “pluralismo metodológico” e da própria pós-modernidade.

A crise de paradigmas e a alternativa posta pela mesma através do advento do pensamento pós-moderno vêm da hipótese colocada por Jameson (1996) de *“uma quebra radical, ou coupure, cujas origens geralmente remontam ao fim dos anos 50 ou começo dos anos 60.”* (JAMESON, 1996: 27). Corrobora com o tempo sócio-histórico que deflagra o início do esgotamento do Estado de bem estar social nos moldes europeus, que coexistia *bipolarmente* com os Estados que materializavam o ‘socialismo real’ e com a periferia desenvolvimentista.

O pós-modernismo veio como uma alternativa ao modernismo centenário não apenas como substituto das ciências sociais, mas na áreas difusas como a estética, a arquitetura e a literatura (JAMESON, 1996).

Esta ruptura vem em forma de uma ‘linguagem da repulsa moral ou da denúncia’ (JAMESON, 1996:28) que se embasa em uma crise, não somente das ciências, mas de um processo civilizatório resultante de uma sociedade pós-industrial, que não possui o trabalho como categoria central (JAMESON, 1996; ROUANET, 1993).

Segundo Borón (2001) tal crise de paradigmas possui nascedouro na crise do modelo de ciência sob os moldes newtoniano e cartesiano, reforçando que tal crise foi no âmbito epistemológico no campo das chamadas ciências duras que evidenciaram a *‘não-linearidade sobre a linearidade’*, a natureza complexa dos fatos sobre a simplificação e a superioridade dos dados de natureza qualitativa em detrimento à análise quantitativa (BORÓN, 2001).

O mesmo autor coloca e diferencia tais moldes que corroboram a base da modernidade. A diferenciação é colocada da seguinte maneira explicitada por Borón (2001):

O componente “newtoniano” apresentava uma idéia fundamental para o trabalho científico: a hipótese, por longo tempo evidente e indiscutida, de que entre o passado e o futuro existia uma absoluta simetria. (...) A visão “cartesiana”, por sua vez, complementava e reforçava o anterior ao postular um dualismo irrecuperável entre o homem e a natureza, entre a matéria e o espírito, entre o mundo físico e espiritual (BORÓN, 2001:364).

Bóron (2001) coloca que a crise estendida para as ciências sociais é a crise do paradigma positivista da mesma. O mesmo tipo de pensamento iniciado por Weber que

coloca o tecido societário como uma “justaposição de uma série de ‘partes’ diferentes” (BORÓN, 2001:377). O pensamento weberiano, protoforma do irracionalismo, despreza o pensamento durkhemiano sob a égide da *‘legalidade universal da transição entre a solidariedade mecânica para orgânica’* e do reducionismo economicista da teoria de Marx (BORÓN, 2001).

Para Kuhn (2000) o conceito de paradigma é colocado como um conjunto de “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (KUHN, 2002: 13).

Para o mesmo autor, essa crise de paradigmas é a responsável pelas mudanças no âmbito conceitual e procedimental dentro de campo epistemológico do saber. A mesma surge dentro da chamada ciência normal, como anomalias que não possuem resolução pelas formas tradicionais do processo científico constituído. A ciência normal é concebida como um estatuto científico – ou campo epistemológico do saber – nos quais seus resultados possuem uma previsibilidade (quase) absoluta, adequando a esquemas conceituais. Uma disciplina, segundo Kuhn (2000) torna-se uma ciência quando adquire um *paradigma*.

Para o autor a espinha dorsal de sua concepção de ciência consiste no desenvolvimento de uma disciplina científica se dá ao longo da seguinte estrutura, seguindo esta ordem: *fase pré-paradigmática, ciência normal, crise, revolução, nova ciência normal, nova crise, nova revolução ...* (KUHN, 2000).

Quanto ao pluralismo metodológico, que foi colocado como alternativa à crise de paradigmas, mas é concebido como uma interconexão entre os paradigmas existentes. O ecletismo é a forma mais usual deste pluralismo, que não possui uma vigilância epistemológica, resultando como uma “colcha de retalhos” sem sentido, conformando em uma polifonia sem sentido.

Sintetizando esta questão, o pluralismo metodológico colocado por Tonet (1995) é um caminho equivocado pois se baseia sob o alicerce da subjetividade, “isto significa que toda problemática é examinada de um ponto de vista do sujeito e não da integridade do processo de conhecimento” (TONET, 1995:45). Com a vigilância epistemológica, e com o fato de assumir um caminho metodológico privilegiado, faria com que o pesquisador perdesse a liberdade. O pluralismo entre as metodologias são a marca *‘polifônica’* do pensamento pós-moderno.

A “crise de paradigmas” é tão somente um esgotamento de um aparato ideológico que alicerça o *modus operandi* do Estado burguês, que se retroalimenta do surgimento de outros ‘paradigmas’, que potencializam o caráter feiticista e a reificação do padrão de acumulação ainda vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E HOMEÓGRAFICAS

BORÓN, Atílio. 2011. **A coruja de Minerva: mercado contra a democracia no capitalismo contemporâneo**. Petrópolis/RJ:Vozes.

- COUTINHO, Carlos Nelson. 2005. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 3ª edição ver. E ampliada. Rio de Janeiro: DP&A.
- DURKHEIM, Emile. 1988. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes.
- FREUND, Julien . 1987. *Sociologia Jurídica*. In: **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- GARCIA, Michael Hermann. 2013. *O objeto, o instrumento, o Serviço Social e o Estado Burguês: o vínculo da profissão com as políticas sociais e a 'questão social'*. In: **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais / Universidade Tiradentes**. Aracaju, V.1, N.2. fev. p. 21-32.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela 1998. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez Editora.
- _____. 2004. *As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*. Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social,. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário: MOLINA, M. L. M. (Org.) **La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, p. 17-50.
- _____. 1997. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Cortez Ed. 4ª ed. São Paulo.
- _____.; CARVALHO, Raul de. 1998. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12ª ed. Cortez Editora: CELATS.
- MARTINELLI, Maria Lucia. 1997. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- MONTAÑO, Carlos. 2008. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese e sua especificidade**. 2ª ed. Cortez editora: São Paulo.
- IANNI, Octávio. 1991. *A crise de paradigmas na sociologia*. In: **Revista Crítica das Ciências Sociais nº 32**. São Paulo.
- JAMESON, Frederick. 1996. **Pós-modernidade ou a lógica do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática.
- JUNQUEIRA, Helena I. 1980. *Quase duas décadas de reconecituação do Serviço Social: uma abordagem crítica*. In: **Serviço Social e Sociedade nº 4**. Ano II. Dezembro de 1980. São Paulo. Cortez Editora.
- KUHN, Thomas S. 2000. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- LOPES, A. B. **Durkheim, Marx e a Divisão do Trabalho**. In: *Lato & Sensu*, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out, 2003.
- LOWY, Michael. 1994. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: o marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ª edição revista. São Paulo: Cortez Editora

- MANDEL, Ernest 1982. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, Karl . *Posfácio. Contribuição à crítica da economia política*. IANNI, Octávio (org). 1992. **Marx – Sociologia**. 7ª edição. São Paulo: Ática.
- NETTO, José Paulo. 1994. *Razão, ontologia e práxis*. In: **Serviço Social e Sociedade nº 44**. São Paulo: Cortez Editora.
- NETTO, José Paulo. 1998. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez Editora, São Paulo.
- _____. 1981. *A crítica conservadora à reconceptualização*. In: **Serviço social e Sociedade nº5** . Ano II. Março de 1981. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. 1998. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. 2011. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. 2002. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª edição revisada e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ROUANET, Sérgio Paulo. 1998. **Mal-Estar na modernidade**. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras.
- SANTOS, Josiane Santos. 2007. *Apropriações da tradição marxista no Serviço Social*. In **Cadernos Especiais nº42**, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007.
- _____. 2013. **Notas de aulas da disciplina de Teoria Social e Metodologia da Pesquisa em Serviço Social**. Mestrado em Serviço Social: PROSS/UFS.
- THOMPSON, Edward. P. 1987. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S/A.
- TONET, Ivo. 1995. *O pluralismo metodológico: um falso caminho*. In: **Serviço Social e Sociedade nº48**. São Paulo: Cortez Editora.
- WEBER, Max. 1992. **Las metodologías de las ciencias sociales**. Vol. 2; Santiago: UC/Progreso.

Artigo recebido em 16 de agosto de 2013.

Aprovado em 14 de janeiro de 2015.